



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

Concurso Público

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

ÁREAS 3 E 4

2.^a Etapa CURSO DE FORMAÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Não há caminho para a paz; a paz é o caminho.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **18/10/2010**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/aneel2010.
- II **19 e 20/10/2010** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

Memorando n.º 333/XXX

Em 4 de outubro de 2010.

Ao Diretor-Geral

Assunto: Resposta de pedido de cessão de servidora

Tenho o grato prazer, no cumprimento de minhas funções administrativas, de responder o amável memorando que Vossa Senhoria me enviou na semana passada, datado de 27 de setembro de 2010, pedindo para um servidor meu trabalhar na preparação da Exposição Anual do Ministério, que, devido ao excesso de trabalho, deverá reforçar o trabalho interno.

Atenciosamente,

(assinatura)
JJJJJJJJJJJJ (nome)
Chefe de QQQQQ (cargo)

A redação oficial no serviço público deve nortear-se por determinadas formalidades e princípios, entre eles: impessoalidade, clareza, concisão, obediência ao padrão culto de linguagem. Tendo como parâmetros esses princípios, analise o memorando hipotético transcrito acima, no qual um chefe encaminha resposta ao seu superior hierárquico, e julgue os itens que se seguem.

- 1 Segundo as normas de redação oficial do serviço público, deveria ser empregada, antes do fecho, uma fórmula de despedida amistosa e cortês, como: “Despeço-me com estima e consideração”.
- 2 Ao empregar expressões como “Tenho o grato prazer”, “amável memorando” e “servidor meu”, o emissor descumprir o princípio da impessoalidade.
- 3 A clareza do texto está comprometida porque não há uma resposta precisa acerca da cessão do servidor.
- 4 Apesar de o corpo do memorando ser extenso, nele não ocorre verbosidade nem se registram expressões desnecessárias que poderiam prejudicar a desejável concisão do texto oficial.
- 5 É indiferente, no caso do referido memorando, que se empregue como fecho tanto “Atenciosamente” como “Respeitosamente”.

Julgue os próximos itens, a respeito das características de diferentes correspondências oficiais.

- 6 Por ser um documento em que se expressa opinião, o relatório, no serviço público, geralmente se apresenta em linguagem informal, podendo conter expressões de cunho pessoal.
- 7 A utilização do correio eletrônico como ferramenta de envio de correspondências no serviço público requer a aplicação do recurso “Solicitar confirmação de leitura”, a menos que o destinatário ocupe cargo de direção no órgão.
- 8 Considerando que a finalidade do parecer é fazer análise de um caso e emitir um julgamento a esse respeito, interpretando fatos, é imprescindível que tal documento contenha, na conclusão, o parecer do especialista ou da comissão responsável.
- 9 O ofício é um documento de trânsito externo, entre órgãos públicos, ou entre órgão público e particulares.

Sabendo que os textos oficiais requerem o uso da norma padrão da língua portuguesa, evitando-se vícios e impropriedades de linguagem, julgue o item abaixo.

- 10 Falta paralelismo na frase “Recomendamos os serviços da empresa MMM e que pratica os melhores preços da praça”.

Com relação aos conceitos básicos de energia e eletricidade, julgue os itens a seguir.

- 11 Caso seja utilizada em sua forma direta para aquecimento e geração de eletricidade, a energia solar é considerada energia não renovável.
- 12 A energia elétrica não pode ser transformada em energia térmica, visto que é a energia térmica que se converte em energia elétrica.
- 13 Energia é a propriedade de um sistema que lhe permite realizar trabalho, podendo assumir diversas formas, tais como potencial, mecânica, eletromagnética, elétrica ou calorífica.
- 14 O caráter renovável ou não de determinada fonte primária de energia é determinado pelo seu tempo de formação. As fontes que têm tempo de geração longo, como o petróleo e o carvão mineral, são consideradas energias não renováveis, diferentemente do carvão vegetal, considerado uma fonte renovável.

A respeito de conceitos de eletricidade relativos a corrente elétrica, carga, tensão e energia, julgue os itens que se seguem.

- 15 Uma corrente em um condutor fluindo em apenas uma direção durante todo o tempo de observação é denominada corrente contínua, enquanto a corrente alternada é uma corrente que se altera em direção ao fluxo inicial, com mesma amplitude, sendo essas variações de forma cíclica com o tempo.
- 16 A corrente contínua é amplamente utilizada nos sistemas de distribuição de energia elétrica que atendem consumidores do tipo comercial.
- 17 A intensidade de corrente equivale ao produto da quantidade de carga pelo tempo.

Julgue o próximo item, relativo à classificação das centrais hidrelétricas quanto à sua capacidade de geração de energia elétrica.

- 18 As centrais hidrelétricas podem ser classificadas em microcentrais, com potência inferior a 100 kW; minicentrais, com potência maior que 100 kW e menor que 1 MW; pequenas centrais, com potência maior que 1 MW e menor que 30 MW; médias centrais, com potência maior que 30 MW e menor que 100 MW; e grandes centrais, com potências superiores a 100 MW.

No Brasil, em grande parte do século XX, uma mesma empresa realizava as funções de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A respeito desse assunto, julgue o item seguinte.

- 19 Nesse tipo de estrutura, que era chamada de integrada ou verticalizada, o consumidor não podia escolher a empresa da qual comprar energia.

Para controlar os monopólios no setor elétrico brasileiro, foi desenvolvida a regulação econômica. Regular um monopólio significa determinar a sua produção e os seus preços de venda. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 20 Em países cujo setor elétrico é controlado pela iniciativa privada, o agente regulador deve atuar em consonância com as políticas governamentais. Nesse caso, o regulador tem plenos poderes para definir os preços das tarifas de energia mais adequados para cada empresa, se estas atenderem aos requisitos dessas políticas.
- 21 Em países cujo setor elétrico é controlado pelo governo, as tarifas de energia elétrica são definidas pelas empresas distribuidoras de energia.

No que concerne aos modelos de comercialização usualmente adotados no setor elétrico brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 22 O Brasil utiliza, atualmente, o modelo denominado competição no varejo, utilizado por um número muito reduzido de países que reestruturaram seus modelos de setor elétrico.
- 23 No modelo conhecido como competição no atacado, as empresas de distribuição têm o monopólio de venda para os denominados pequenos consumidores, também chamados de cativos.
- 24 No modelo do tipo monopólio, os contratos firmados são denominados contratos de suprimento.
- 25 No modelo denominado comprador único, é admitida a competição entre geradores, e todos eles têm acesso ao sistema de transmissão.
- 26 No modelo do tipo comprador único, não é admitida assinatura de contratos de longo prazo, porque a competição entre os agentes de distribuição é intensa e ocorrem maiores oscilações de tarifa de energia em uma base mensal, típica de contratos de curto prazo.

Julgue os itens que se subseguem, referentes ao exercício da atividade econômica pelo Estado.

- 27 No exercício da atividade econômica sob a modalidade de absorção, o monopólio estatal é absoluto e a titularidade é da União.
- 28 Em sentido amplo, o exercício da atividade econômica pelo Estado refere-se às hipóteses em que o Estado pode intervir no mercado como empresário sujeito à livre concorrência ou em regime de monopólio.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao conceito, às características e aos princípios do serviço público.

- 29 A criação dos serviços públicos por intermédio de lei constitui uma de suas características.
- 30 Serviço público é o tipo de atividade econômica exercida exclusivamente por órgãos do setor público.

Julgue os itens seguintes, relativos à competência para a prestação dos serviços públicos e ao poder regulador do Estado.

- 31 Entre as características da concepção regulatória do Estado, destaca-se a inversão da relevância do instrumento interventivo, já que a intervenção estatal indireta é elevada à categoria de instrumento primordial de realização dos fins de interesse público no âmbito das atividades econômicas, enquanto a atuação estatal direta fica limitada a situações de grande excepcionalidade.
- 32 A Constituição Federal de 1988 estabeleceu competências aos entes federativos para a prestação de serviços públicos, a exemplo da competência atribuída à União para explorar direta ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

Com relação ao enquadramento jurídico dos serviços do setor elétrico e à disciplina constitucional do aludido setor, julgue o item a seguir.

- 33 Para a Procuradoria da ANEEL, há margem para o legislador ordinário qualificar a exploração de determinados serviços elétricos como atividade econômica em sentido estrito, e não como serviço público.

Acerca da disciplina infraconstitucional das outorgas no setor elétrico, julgue os próximos itens.

- 34 A atividade de geração de energia elétrica é explorada exclusivamente sob o regime de atividade econômica em sentido estrito.
- 35 O desempenho de atividade de comercialização de energia elétrica ocorre mediante autorização da ANEEL, até mesmo quando se trata de importação e exportação de energia.

No que concerne à concessão de serviço público, julgue os itens subsequentes.

- 36 No contrato de concessão de serviço público, a tarifa cobrada dos usuários constitui a principal, mas não exclusiva, fonte de remuneração do concessionário, pois, se houver previsão no edital de licitação, o concessionário pode auferir receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, de modo a favorecer a modicidade das tarifas.
- 37 A encampação configura uma das causas de extinção do contrato de concessão que dispensa o pagamento de indenização.
- 38 A concorrência é a única modalidade de licitação admitida para a outorga de concessão de serviço público no setor elétrico.

A respeito do consumidor de energia elétrica, julgue os itens que se seguem.

- 39 É indispensável a anuência do consumidor para que a contribuição de iluminação pública seja cobrada em sua fatura de energia elétrica.
- 40 Segundo resolução da ANEEL, para efeito de aplicação das condições gerais de fornecimento, o consumidor de energia elétrica tem de ser o destinatário final do produto ou serviço.

Julgue os itens a seguir, referentes ao ressarcimento de danos elétricos.

- 41 No que se refere à responsabilidade da distribuidora, aplica-se a denominada teoria objetiva ou do risco, segundo a qual basta a existência do dano e do nexo de causalidade para a incidência da responsabilidade de indenizar.
- 42 Compete à ANEEL examinar o pedido, formulado pelo consumidor, de indenização pelo dano causado em equipamento elétrico por perturbações no sistema de distribuição, bem como o pedido de ressarcimento por danos morais, lucros cessantes ou danos emergentes oriundos do mesmo fato.

Acerca da suspensão do fornecimento de energia elétrica e das irregularidades na medição, julgue os itens subsequentes.

- 43 Na hipótese de irregularidade no equipamento de medição de energia elétrica, a cobrança da diferença do consumo não implica o reconhecimento do dolo ou culpa por parte do consumidor.
- 44 Considere a seguinte situação hipotética.
Um consumidor, inadimplente com o pagamento da fatura relativa à prestação do serviço público de energia elétrica, recebeu comunicação por escrito dando-lhe ciência de que o fornecimento de energia elétrica de sua residência seria interrompido, caso não regularizasse o pagamento. Cinco dias após o recebimento da comunicação, devido à falta de pagamento, a distribuidora promoveu o denominado “corte”. Nessa situação hipotética, a suspensão do fornecimento deve ser considerada devida, por observar todas as normas e formalidades estabelecidas e aplicáveis.

Julgue os próximos itens, relativos ao poder punitivo da ANEEL.

- 45 Em relação às infrações praticadas no âmbito do setor elétrico, a Procuradoria da ANEEL admite a retroatividade da norma mais benéfica.
- 46 Quando a penalidade é imposta para que o infrator pague pelo delito praticado, de forma proporcional à gravidade do fato, resta configurada a denominada função preventiva da penalidade.

No que se refere à ação fiscalizadora da ANEEL e à prescrição, julgue os seguintes itens.

- 47 Considerando que, enquanto pendente o julgamento de recurso administrativo, a ANEEL não pode executar a multa imposta, conseqüentemente, o prazo prescricional da pretensão executória fica suspenso.
- 48 É vedado à Diretoria Colegiada da ANEEL agravar a situação do recorrente, ao julgar recurso interposto em face de auto de infração.

Com relação aos processos de definição de tarifas das concessionárias de distribuição de energia elétrica, realizados pela ANEEL, julgue os itens que se seguem.

- 49 As despesas de capital integram a parcela A da receita da concessionária.
- 50 Em função da estrutura de custos, o reposicionamento tarifário pode produzir reflexos diferenciados nas tarifas de uma mesma distribuidora.
- 51 A estrutura ótima de capital pressupõe o aumento do endividamento junto a terceiros, considerando o menor custo destes, em relação ao capital próprio.
- 52 As tarifas definidas no contrato de concessão seguem o regime de *price-cap*, cuja finalidade precípua abrange a eficiência na prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Acerca do sistema de informações contábeis (SIC) de uma entidade, julgue os itens a seguir.

- 53 A entrada de dados no SIC ocorre pela captura de informações não apenas de natureza econômica e financeira, mas também de natureza social.
- 54 A prestação de contas que uma entidade faz acerca do seu desempenho econômico-financeiro e da sua situação patrimonial, principalmente por meio da publicação das suas demonstrações contábeis, é chamada de *accountability*.
- 55 São funções da unidade de contabilidade de uma entidade: analisar as informações contábeis dessa entidade; efetuar projeções relativas aos negócios da entidade, com base em dados contábeis históricos e em premissas econômicas.

Julgue os itens subsequentes, relativos às demonstrações contábeis exigidas no Brasil.

- 56 O balanço patrimonial caracteriza-se por ser uma demonstração dinâmica que mostra como a empresa chegou até a situação patrimonial existente na data de seu levantamento (data-base do balanço).
- 57 A demonstração dos fluxos de caixa visa expor as variações do saldo de caixa e equivalentes de caixa, considerando separadamente as atividades operacionais, de financiamento e de investimento.
- 58 Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a demonstração contábil de uma entidade deve conter, entre outras, as seguintes peças: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado e a demonstração dos fluxos de caixa.
- 59 O patrimônio líquido de uma entidade é constituído pela soma de todos os seus ativos e passivos.

A respeito das práticas e normas contábeis brasileiras e do setor elétrico, julgue os itens que se seguem.

- 60 De acordo com as normas contábeis aplicáveis às concessionárias do setor elétrico, a infraestrutura relacionada diretamente à concessão deve ser registrada como um ativo imobilizado da concessionária.
- 61 Resolução da ANEEL determina que as concessionárias devem, a partir de 2011, elaborar um conjunto de demonstrações contábeis regulatórias, além do conjunto de demonstrações contábeis societárias, realizado atualmente para atender ao mercado.
- 62 Entre outros objetivos, o controle interno de uma entidade visa verificar a adequação e confiabilidade de seus dados contábeis.
- 63 O CPC, órgão vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tem por objetivo fiscalizar a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil.
- 64 Por sua relevância para a contabilidade do setor, o pronunciamento conceitual básico — estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis —, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo CFC, foi aprovado pela ANEEL por meio de despacho.

Julgue os itens a seguir, referentes ao processo de fiscalização e à aplicação de penalidades.

- 65 O relatório de fiscalização e o termo de notificação têm caráter meramente investigativo ou de apuração e destinam-se a confirmar ou não os fatos apurados pela fiscalização, possibilitando, desse modo, a formulação de juízo acerca da licitude ou não da conduta do agente setorial fiscalizado.
- 66 Compete diretamente à Diretoria Colegiada da ANEEL, mediante proposta dos superintendentes responsáveis pela ação fiscalizadora, a aplicação, aos agentes do setor elétrico fiscalizados, de penalidades, tais como suspensão temporária de participação em licitações, revogação de autorização e intervenção administrativa aos agentes do setor elétrico fiscalizados.
- 67 A lei confere à ANEEL, no exercício da fiscalização, acesso a dados relativos à administração, à contabilidade, aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, sendo garantido aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como aos seus registros contábeis.
- 68 O principal objetivo da atividade de fiscalização exercida pela ANEEL é penalizar os agentes setoriais.

Acerca da fiscalização por anuências prévias, julgue os itens seguintes

- 69 Não podem ser alienados ou penhorados os bens utilizados operacionalmente na prestação de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- 70 Ao produtor independente de energia é expressamente vedado constituir garantia sem a anuência prévia da ANEEL.
- 71 Os agentes setoriais do setor elétrico têm a prerrogativa de formular consultas à ANEEL caso tenham dúvidas a respeito da aplicação da legislação setorial em uma situação concreta. A consulta deve ser formulada de forma clara e objetiva, com descrição completa e detalhada do fato e do dispositivo legal a ele pertinente.
- 72 O Operador Nacional do Sistema Elétrico explora diretamente as atividades econômicas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Julgue os próximos itens, relativos aos encargos setoriais que compõem a tarifa dos consumidores.

- 73 O encargo denominado compensação financeira pela utilização de recursos hídricos é pago por todos os agentes do setor elétrico.
- 74 As empresas que geram energia elétrica exclusivamente a partir de instalações eólica e solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas não estão obrigadas a realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.
- 75 Os novos consumidores com carga igual ou superior a 3.000 kW, atendidos em qualquer tensão, poderão escolher livremente o seu fornecedor de energia elétrica.
- 76 Aos consumidores cativos de energia elétrica é vedada a utilização de contrato de adesão.
- 77 Os encargos setoriais integram os custos não gerenciáveis, ou seja, os custos que dependem essencialmente das decisões das concessionárias.
- 78 Mediante o contrato de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e o contrato de prestação de serviços de transmissão, gera-se a receita anual permitida das empresas detentoras das instalações de transmissão de energia.
- 79 São contribuintes das quotas anuais para a formação dos recursos da conta de desenvolvimento energético todos os concessionários, autorizados, permissionários e, até mesmo, os produtores independentes que comercializem energia diretamente com o consumidor final.
- 80 Conforme a legislação vigente, a aquisição de capacidade de geração ou energia de reserva deve ser compreendida como um contrato obrigatório.